

CONTRATO CEDAE N.º **039** /18 (DI)

que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)** e a **HIDROPOÇOS LTDA.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor-Presidente, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, e Diretor de Distribuição e Comercialização do Interior, Sr. HELENO SILVA DE SOUZA, doravante denominada **CEDAE**, e a **HIDROPOÇOS LTDA.**, com sede na Rua Agenório Araújo, nº 395, Bairro Carmargos, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP. 30.520-220, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.300.096/0001-06, neste ato por meio de seu Diretor Administrativo/Comercial, Sr. FREDERICO HERMETO SALLES, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade nº M-4.818.771 (SSPEMG) e CPF/MF nº 814.503.546-53, residente e domiciliado à Alameda da Serra, 932, Apto. 401, Vila da Serra, Nova Lima, Minas Gerais, CEP. 34.000-000, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, tem entre si, na conformidade do que consta no **Processo Administrativo nº E-17/100.657/2018**, relativo à **Tomada de Preços nº 102/2018 (ASL 1.1)**, justo e acordado o presente que se regerá incondicional e irrestritamente pelas normas da Lei nº 8.666/93, com as alterações da Lei 8.883/94 e da Lei 9.648/98, pela Lei nº 287/79 e pelo Decreto nº 3.149/80, que regulamentou o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro, e pelo Decreto Estadual nº 16.672/91, pela Lei Complementar 123, de 14/12/2006 e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objeto do presente Contrato é a **"CONSTRUÇÃO DE POÇOS TUBULARES PARA REFORÇO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA À SEDE DO MUNICÍPIO DE VARRE-SAI/RJ"**, conforme detalhado no Anexo V – Estimativa Orçamentária - do Edital de Licitação.

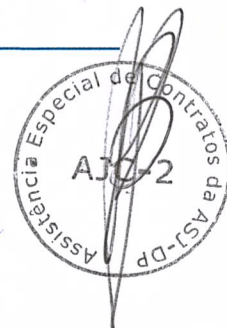
CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E SUA SUBMISSÃO AO CONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

2.1 Os serviços ora contratados deverão estar concluídos no prazo de **120 (cento e vinte)** dias corridos.

2.2 O Início de Vigência, do presente Contrato, será no dia seguinte à data estabelecida na Ordem de Início para execução dos serviços.



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030
www.cedae.com.br



2.3. No decorrer da execução dos serviços, será exigida uma produção que aos preços contratuais, corresponda às etapas mensais mínimas estabelecidas em percentagens acumuladas em relação ao valor total de serviços contratados, em conformidade com o cronograma físico-financeiro anexado ao presente Contrato que, devidamente rubricado pelas partes contratantes, passa a fazer parte integrante deste instrumento.

2.4. A ocorrência de condições que possam vir a ocasionar a prorrogação do prazo de execução do objeto na forma como estipulado no cronograma físico-financeiro apresentado pela **CONTRATADA**, serão apreciadas pela Comissão de Fiscalização que se pronunciará a respeito, podendo alterá-lo quando verificada qualquer das hipóteses ensejadoras do art. 57, §1º da Lei 8.666/93. Neste caso, tais alterações promovidas no prazo de execução não serão consideradas como inadimplemento contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

3.1. Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) emitir autorizações específicas para atuação junto a terceiros;
- c) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, ligados ao presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A **CONTRATADA** obriga-se a:

- a- Conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e com estrita obediência às leis vigentes;
- b- Obedecer às Normas de Projeto e Execução de Obras da **CEDAE**, tomando delas expreso conhecimento;
- c- Responder pelos serviços que executar, na forma da lei;
- d- Prover os serviços, ora contratados, com o pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, devidamente aprovado pela **CEDAE**;
- e- Providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por Lei, com vigência a partir da data de início dos serviços até seu recebimento definitivo. Assim sendo, será responsável pela contratação dos seguros do pessoal, edificações, instalações, equipamentos e veículos que utilizar na execução dos serviços, sob pena de assumir diretamente todos os riscos e ônus inerentes;
- f- Comparecer, sempre que a **CEDAE** solicitar, aos seus escritórios ou em outro local indicado, por seu titular ou engenheiros credenciados, para examinar e prestar esclarecimentos a problemas relacionados com o objeto deste Contrato. A convocação deverá ser feita com, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;
- g- Atender a todas as solicitações de natureza técnica, da **CEDAE**, relacionadas com o objeto deste Contrato;
- h- Manter a **CEDAE** informada, de acordo com as conveniências desta, de todos os pormenores dos serviços contratados;
- i- Obedecer estrita e rigorosamente os prazos de execução dos serviços e/ou de entrega de equipamentos constantes deste Contrato, cabendo à **CEDAE**, no caso de inadimplemento, o direito de suspender a sua execução e de aplicar as penalidades cabíveis, sem que à **CONTRATADA** assista direito a indenização;

- j- Destinar um recinto apropriado em seu escritório, a fim de alojar o pessoal técnico da Fiscalização da **CEDAE**;
- k- Substituir qualquer membro da equipe de trabalho, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sempre que solicitado pela **CEDAE**;
- l- Prestar, sem ônus para a **CEDAE**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados nos trabalhos, sempre que a ela imputáveis;
- m- Submeter à prévia aprovação da **CEDAE** qualquer alteração de sua equipe de trabalho;
- n- Providenciar, antes do início dos serviços, o recolhimento da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), conforme determina a Lei Federal nº 6.496/77, relativa à execução dos serviços, definindo os responsáveis técnicos dos mesmos;
- o- Manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;
- p- Na execução contratual, a gestão de resíduos gerados da totalidade das atividades necessárias à implementação dos serviços em questão deverá seguir ao estabelecido nas diretrizes, critérios e procedimentos para gestão de resíduos da construção civil da Resolução CONAMA Nº 307, DE 5 DE JULHO DE 2002.
- q- Observar na execução das obras, as normas de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, em especial o Decreto nº 5.296, de 02.12.04 e a NBR 9050.
- r- Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art.93, da Lei Federal nº 8.213/91.
- s- Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:
 - I- De cem a duzentos postos de trabalho, 2% (dois por cento);
 - II- De duzentos e um a quinhentos postos de trabalho 3% (três por cento);
 - III- De quinhentos e um a mil postos de trabalho, 4% (quatro por cento);
 - IV- Mais de mil postos de trabalho, 5% (cinco por cento).

CLÁUSULA QUINTA – FISCALIZAÇÃO

5.1. É facultado à **CEDAE** exercer ampla fiscalização sobre os serviços objeto do presente Contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a **CONTRATADA**, prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso, em qualquer fase, época e local onde se processem tarefas relacionadas com o desenvolvimento dos serviços.

5.2. A ação ou omissão da Fiscalização da **CEDAE** não eximirá a **CONTRATADA** de sua total e exclusiva responsabilidade quanto à perfeição dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais.

5.3. Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea "s", da cláusula quarta, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2018, assim classificados:

Programa de Trabalho: 1200215352

Código Orçamentário: 44905105
Fonte de Recursos: 10
Conta Contábil: 161190002
Centro de Custos: DI03000000
ID da Reserva Orçamentária: 2018000476

6.2. As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por uma conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SÉTIMA – PREÇO E VALOR DO CONTRATO

7.1. A **CONTRATADA** se obriga a realizar os serviços ora contratados em regime de empreitada por preço unitário, pelo preço de sua Proposta na Licitação no valor de **R\$ 235.279,04 (duzentos e trinta e cinco mil, duzentos e setenta e nove reais e quatro centavos)**, com preço base no mês da Estimativa Orçamentária, conforme tabela de custos inserida às fls. 536 e 537 do processo E-17/100.657/2015 e constante do anexo ao presente instrumento.

7.2. O preço ajustado no item anterior desta Cláusula inclui o lucro e todos os custos dos serviços, sejam diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa ainda que não prevista textualmente neste Contrato, inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.

7.3. A **CEDAE** poderá, atendendo às diretrizes da Lei 8.666/93, substituir, total ou parcialmente, quaisquer itens da Planilha de Preços da Proposta, por itens e serviços que constem da tabela de preços do Serviço de Composição de Preços da Empresa de Obras Públicas (EMOP), sendo os valores unitários adotados aqueles relativos ao mês da Estimativa Orçamentária descontados do percentual oferecido pela licitante vencedora em relação ao preço total orçado.

7.3.1. Caso os serviços não constem da Planilha de Preços da Proposta nem da Tabela de preços EMOP, será efetuada pesquisa de mercado junto à no mínimo 04 (quatro) empresas especializadas, adotando-se o menor dos preços ofertados.

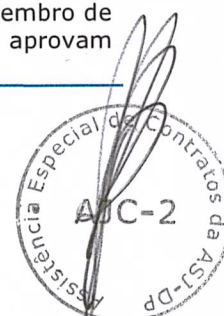
7.4. A **CONTRATADA** se obriga, especificamente, a aceitar nas mesmas condições contratuais o prescrito nos parágrafos 1º e 2º do Art. 65 (sessenta e cinco) da Lei 8.666/93 e suas alterações, quanto aos acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até os limites nela estabelecidos.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

8.1. A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

8.2. A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6.514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3.214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam



as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

8.3. A CONTRATADA será obrigada a apresentar, mensalmente, em relação aos empregados vinculados ao contrato, prova de que:

- a) Está pagando as verbas salariais, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com habitualidade, devam integrar os salários; ou a repartição das cotas, em se tratando de cooperativas, até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no ultimo caso;
- b) Está em dia com o vale-transporte e o auxílio-alimentação;
- c) Anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social; e
- d) Encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.

8.4. A CONTRATADA será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do art.11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

8.5. A ausência de apresentação dos documentos mencionados nos subitens 8.3 e 8.4. ensejará a imediata expedição de notificação à **CONTRATADA**, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

8.6. Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

8.7. No caso do subitem 8.6, será expedida notificação à **CONTRATADA** para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA NONA – RESPONSABILIDADE TÉCNICA

9.1. As obras ou serviços objeto deste contrato serão executadas (os) sob direção e responsabilidade técnica do Sr. PEDRO AFONSO TOMAZI DE SALLES, engenheiro civil, portador do CREA-MG nº 9589/D e o Sr. FABIO LUCIANO BORSSATO, engenheiro geólogo, CREA-PR 16237/D, que ficam autorizados a representar a **CONTRATADA**, em suas relações com a **CEDAE**, em matéria de serviço.

9.2. A **CONTRATADA** obriga-se a manter os engenheiro indicados nesta cláusula como Responsáveis Técnicos na direção dos trabalhos e no local das obras ou dos serviços até seu final. A substituição do Responsável Técnico poderá ser feita por outro de igual lastro de experiência e capacidade, cuja aceitação ficará a exclusivo critério da **CEDAE**.

9.3. Os Responsáveis Técnicos aqui indicados deverão figurar como tal na ART- Anotação de Responsabilidade Técnica, de que trata o item 10.9 da Cláusula Decima deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – FATURAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

10.1. Os pagamentos das faturas serão efetuados em parcelas mensais, após a aceitação das medições correspondentes por parte a CEDAE, no 30º (trigésimo) dia corrido contado a partir da data final do período de adimplemento.

10.1.1. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, por culpa exclusiva da **CEDAE**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido no contrato serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês *pro rata die*.

10.2. Os pagamentos devidos em decorrência da execução dos serviços objeto deste contrato serão efetuados mediante crédito em conta bancária, mantida pela **CONTRATADA**, via Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor" (Anexo VI).

10.2.1 No pagamento da segunda e demais parcelas mensais do contrato só será efetuado mediante demonstração do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas, relativas aos empregados vinculados ao contrato, referente ao mês anterior à data do pagamento, de acordo com o disposto no subitem 9.3. da cláusula nona.

10.2.2. A **CONTRATADA** deverá encaminhar a fatura para pagamento à Comissão de Fiscalização, sito Av. Presidente Vargas, 2655 – Cidade Nova, Rio de Janeiro – RJ, acompanhada de cópia autenticada do comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento dos encargos previstos no subitem 8.8 da cláusula oitava, e respectiva folha de pagamento relativa à mão de obra empregada no contrato, com base no prescrito no parágrafo 2º do artigo 71 da Lei 8.666/93, ficando o pagamento condicionado ao atendimento ao exigido neste subitem.

10.3. Mensalmente, até o dia 30 (trinta) de cada mês, a Fiscalização, de comum acordo com a **CONTRATADA**, estabelecerá a programação dos serviços e/ou fornecimento a serem realizados no mês seguinte, tendo por base as metas do cronograma físico-financeiro contratual e as necessidades dos serviços.

10.4. Mensalmente a Fiscalização procederá à verificação do avanço da implantação e do cumprimento das metas mínimas do cronograma físico-financeiro contratual.

10.5. A cada 30 (trinta) dias, a **CONTRATADA** fará a emissão da fatura dos serviços realizados e dos fornecimentos de materiais e equipamento considerados pela Fiscalização aceitos e de conformidade com o cronograma físico-financeiro contratual, cujos percentuais limitarão os valores dos serviços medidos.

10.6. A Fiscalização terá 2 (dois) dias úteis, após o recebimento da fatura, para aprova-la ou devolvê-la.

10.6.1. No caso de a Fiscalização encontrar erros na fatura feita pela **CONTRATADA**, esta fatura lhe será devolvida para sua reapresentação.

10.7. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, a contagem do prazo para pagamento será suspensa até a reapresentação da respectiva fatura isenta de erros, sendo então prosseguida a contagem inicialmente interrompida.

10.8. A **CEDAE** não se responsabilizará pelo pagamento de medições de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo as expressamente determinadas pela Fiscalização.

10.9. A liberação do primeiro pagamento ficará condicionada à entrega, pela **CONTRATADA**, da comprovação de pagamento do ART-ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA dos serviços.

10.10. Os pagamentos, das faturas ou notas fiscais, das etapas da prestação dos serviços, ficarão condicionados à apresentação, pela **CONTRATADA**, de cópia autenticada da guia quitada de recolhimento dos encargos previdenciários e respectiva folha de pagamento relativa aos serviços realizados na etapa faturada, conforme prescreve o parágrafo 2º do Art. 71 da Lei 8.666/93 alterado pelo Art. 4º da Lei 9.032/95 de 28/04/95.

10.10.1. Para o efeito do subitem anterior a **CONTRATADA** deverá elaborar folha de pagamento exclusiva, para os serviços contratados, conforme preconizado no parágrafo 4º do Art. 31 da Lei 8.212/91 de 24/07/91, alterado pelo Art. 2º da Lei 9.032/95 de 28/04/95.

10.11. A fatura final deverá corresponder, no mínimo, a 10% (dez por cento) do valor do contrato e só será processada após a aceitação provisória dos serviços.

10.12. A **CEDAE**, a qualquer tempo, poderá utilizar créditos da **CONTRATADA** para atender aos compromissos e obrigações assumidos, e não cumpridos, pela mesma junto aos seus empregados e subcontratados, em decorrência dos serviços objeto deste Contrato.

10.13. Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata a alínea "s", da cláusula quarta, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. A realização dos serviços, conforme definidos do Edital da Licitação e na Proposta da **CONTRATADA**, terá início a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela **CEDAE** (Ordem de início).

11.2. A **CEDAE** poderá, a qualquer tempo e seu critério, determinar por escrito a suspensão dos serviços em andamento. A suspensão tornar-se-á efetiva 30 (trinta) dias corridos a partir do recebimento, pela **CONTRATADA**, desta determinação, devendo a mesma proceder à entrega dos serviços até então executados ou em execução, os quais lhe serão remunerados pela **CEDAE**, desde que tecnicamente aceitos.

11.3. A **CEDAE** poderá deixar de expedir Ordem de Execução-OEX, em função da indisponibilidade dos recursos indispensáveis à execução dos serviços, ou ainda se a **CONTRATADA** não tiver terminado ou imprimido, à OEX anterior, ritmo e qualidade aceitáveis pela Fiscalização da **CEDAE**. Nestes casos, não assistirá à **CONTRATADA** direito a indenização, reembolso ou compensação de qualquer espécie, exceto quanto ao pagamento de serviços executados, entregues e aceitos pela Fiscalização.

11.4. As Ordens de Execução emitidas pela **CEDAE** e aceitas pela **CONTRATADA** ficarão fazendo parte integrante deste Contrato.

11.5. A Coordenação Geral dos trabalhos da **CONTRATADA** deverá estar localizada, obrigatoriamente, no Município do Rio de Janeiro ou em outro Município do Estado do Rio de Janeiro, a juízo da **CEDAE**.

11.6. Deverá ser obedecida a orientação da Fiscalização da **CEDAE** na execução dos serviços.

11.7. Na execução dos serviços objeto deste Contrato serão obedecidas: as Especificações Técnicas, o Projeto e os demais elementos fornecidos pela Fiscalização; as Normas Técnicas da ABNT e, no que couber, as disposições legais e regulamentares em vigor, especialmente as relacionadas com execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, conservação, penalidades, rescisão de contratos, pagamentos, **mediação** de serviços e normas técnicas.

11.8. Todas as despesas relativas a serviços noturnos, inclusive as referentes a iluminação, correrão por conta exclusiva da **CONTRATADA**.

11.9. A **CONTRATADA** se responsabilizará, por si e por seus sucessores, por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que, a qualquer título venha causar à **CEDAE**, ao Estado do Rio de Janeiro e/ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços objeto deste Contrato, assim como pelos causados por seus possíveis subcontratados.

11.10. A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6.514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de Junho de 1978 e suas Portarias modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, reativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

11.10.1. Todos os empregados da **CONTRATADA** e de seus possíveis subcontratados deverão trabalhar com Equipamento de Proteção Individual (EPI), tais como capacetes, botas, capas, óculos e demais equipamentos adequados para cada tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido. A Fiscalização poderá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação correrá por conta da **CONTRATADA**, mantendo-se inalterado o prazo de execução dos serviços.

11.11. No decorrer da execução dos serviços, será exigida uma produção que, aos preços contratuais, corresponda às etapas mensais estabelecidas pela **CONTRATADA** no cronograma físico-financeiro contratual, em percentagens acumuladas em relação ao valor total dos serviços contratados.

11.11.1. Caso estas etapas mensais não sejam cumpridas pela **CONTRATADA**, após a verificação a Comissão de Fiscalização da CEDAE, serão pagos a **CONTRATADA**, somente os serviços e fornecimentos efetivamente executados.

11.12. Todos os materiais/equipamentos a serem empregados na execução dos serviços deverão ser de primeira qualidade e novos, sujeitando-se a **CONTRATADA** à realização dos ensaios/testes, de Controle de Qualidade, determinados pela Fiscalização.

11.13. Em todos os casos em que a execução dos serviços, por motivos imputáveis à **CONTRATADA**, ocasionar prejuízos aos serviços já executados, a **CONTRATADA** arcará com os custos de restauração para recoloca-los em suas condições originais.

11.14. A **CONTRATADA** responderá de maneira absoluta e inescusável pelos serviços assumindo inteira, total e exclusiva responsabilidade pela execução e qualidade técnica.

11.15. A **CONTRATADA** se obriga a cooperar com outras contratadas da **CEDAE**, entrosando-se com elas, a fim de que todos os serviços se desenvolvam conforme a programação estabelecida para cada uma. Quaisquer entendimentos entre as diversas contratadas serão feitos, por escrito, sempre através da Fiscalização.

11.16. A aceitação dos serviços ficará sujeita à aprovação da Fiscalização, obrigando-se a **CONTRATADA** a refazer aqueles que forem rejeitados, ficando, também, condicionada ao fornecimento, pela **CONTRATADA**, das plantas e desenhos relativos aos serviços por ela, ou por seus possíveis subcontratados, realmente executados, de acordo com as normas, instruções e especificações do Serviço de Cadastro Técnico da **CEDAE**.

11.17. A aceitação provisória dos serviços será promovida pela **CEDAE**, mediante a designação de uma Comissão de 3 (três) membros, devidamente habilitados, a qual verificará quanto ao cumprimento de todas as Cláusulas contratuais, emitindo termo circunstanciado, assinado pelas partes, dentro do prazo de 15 (quinze) dias da comunicação por escrito da **CONTRATADA**, informando a conclusão dos serviços.

11.17.1. Para o recebimento provisório será necessário a apresentação da Certidão Negativa de Débito (CND) junto ao INSS, a comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade da Situação Fiscal junto ao FGTS.

11.17.2. A emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA, ocorrerá antes da liberação do pagamento da última parcela prevista no cronograma físico-financeiro do contrato, observando-se os seguintes procedimentos:

11.17.2.1. A empresa contratada deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter a sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.

11.17.2.2. As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e esta será encaminhada à **CEDAE** juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e os documentos exigidos no contrato para a realização do pagamento. A Comissão de Fiscalização não poderá conceder à **CONTRATADA** o recibo simplificado de adimplemento da última etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.

11.17.2.3. Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão da última etapa, a **CONTRATADA** omitir-se ou recusar-se em realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do Contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de sua obrigação e da consequente suspensão do prazo para pagamento.

11.17.2.4. Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente à última fatura ficará suspenso.

11.17.2.5. Será considerado adimplemento a conclusão, pela **CONTRATADA**, de cada etapa (ou parcela) prevista no cronograma físico-financeiro acompanhada da apresentação de todos os documentos exigidos no contrato para a realização do correspondente pagamento.

11.17.2.6. Representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à **CONTRATADA** recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.

11.17.2.7. De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega do recibo à **CONTRATADA**, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive a atestação da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela **CONTRATADA**, ensejará a suspensão do prazo para pagamento da fatura pela Comissão de Fiscalização.

11.17.2.8. A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de contas a pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.

11.17.2.9. Caberá a Comissão de Fiscalização do contrato notificar a **CONTRATADA** quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto na última etapa/parcela, deverão ser registradas no processo.

11.18. A aceitação definitiva dos serviços será promovida pela **CEDAE** mediante a designação de uma Comissão de 3 (três) membros, devidamente habilitados, até 90 (noventa) dias da emissão do termo de que trata o item anterior desta cláusula e, desde que tenham sido sanadas por parte da **CONTRATADA** as eventuais irregularidades nele consignadas, inclusive aquelas estipuladas na letra "I", item 4.1. da Clausula 4ª deste contrato. Nesta ocasião será emitido termo circunstanciado, assinado pelas partes.

11.18.1. Para a expedição do Termo de Recebimento Definitivo a **CONTRATADA** deverá tomar as seguintes providências:

- a) Testar todos os equipamentos e instalações;
- b) Revisar todos os acabamentos;
- c) Proceder à ligação definitiva de todas as instalações, devidamente oficializadas;
- d) Corrigir os defeitos ou imperfeições apontados ou que venham a ser verificados em qualquer elemento da obra/serviços executados;
- e) Apresentar a quitação das obrigações trabalhistas, relacionadas com o pessoal empregado na obra, inclusive quanto às Guias de Recolhimento junto ao INSS e FGTS;
- f) Apresentar a Certidão Negativa de Débito (CND) fornecida pelo INSS relativo à obra/serviços.

11.18.2. A empresa contratada, após a assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, deverá solicitar à **CEDAE**, por meio da carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

11.18.3. De igual modo, a contratada deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

11.18.4. No caso de omissão ou recusa da contratada em solicitar à **CEDAE** a aceitação definitiva do objeto contratado, o Gerente do Contrato deverá notifica-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de manifestar-se pela efetiva solicitação em no máximo 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da notificação.

11.18.5. Persistindo a recusa da contratada em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do Contrato reterá a garantia contratual, se houver.

11.18.6. Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela **CONTRATADA**.

11.18.7. A inobservância do item anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SUBCONTRATAÇÃO OU CESSÃO DO CONTRATO

12.1. A **CONTRATADA** não poderá, no todo ou em parte, subcontratar suas obrigações ou, no todo ou em parte, ceder a terceiros o presente Contrato, sem prévia autorização da **CEDAE**, por escrito.

12.2. A autorização de subcontratação concedida pela **CEDAE** não eximirá à **CONTRATADA** da responsabilidade total pelo cumprimento de todos os termos e condições deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

13.1. A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá (ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa;
- c) Suspensão temporária pela Administração Estadual Direta e Indireta, nos termos do inciso III do art.87 da lei 8.666/93;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes Federativos, nos termos do inciso IV do Art. 87 da Lei 8.666/93.

13.2. A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade de falta cometida.

13.2.1. Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para sua fixação.

13.3. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.

13.3.1. A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do item 13.1 serão impostas pelo Ordenador de Despesas, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

13.3.2. A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", do item 13.1, será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

13.3.3. A aplicação da sanção prevista na alínea "d", do item 13.1, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

13.4. A multa administrativa, prevista na alínea "b", do item 13.1, observará o seguinte:

- a) Corresponderá individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;
- b) Poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) Não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) Deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
- e) Nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o art. 87 do Decreto Estadual 3.149/80.

13.5. Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada à **CONTRATADA** quando não apresentada a documentação exigida nos subitens 8.3 e 8.4 da cláusula oitava, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

13.6. A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do item 13.1, observará o seguinte:

- a) Não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) Sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.
- c) Será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no subitem 8.7, da cláusula oitava.

13.7. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", do item 13.1, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

13.7.1. A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

13.8. O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento, ou das sanções administrativas.

13.9. Se o valor das multas previstas na alínea "b", do subitem 13.1, e no subitem 13.10, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

13.9.1. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

13.10. A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

13.10.1. Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

13.10.2. A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

13.10.2.1. A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do item 13.1, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d", do item 13.1.

13.11. Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

13.12. Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer ente ou entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESCISÃO

14.1. O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da **CEDAE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

14.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

14.3. A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

14.4. Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

15.1. Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, deverá comunicar o fato de imediato à Comissão de Fiscalização da **CEDAE** e ratificar por escrito a comunicação, informando os efeitos danosos do evento.

15.2. Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a **CONTRATADA** ficar impedida de cumprir, quanto à obrigação de a **CEDAE** remunerá-las.

15.3. A ocorrência de fatos próprios às condições climáticas regionais, bem como suas consequências, não serão consideradas causas para prorrogação do prazo contratual estabelecido na Cláusula 2ª deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – EXCEÇÃO DE IMPEDIMENTO

16.1. Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

16.2. A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ENCARGOS

17.1. A **CONTRATADA** será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes às legislações fiscal, comercial, trabalhista e previdenciária que incidam ou venham a incidir sobre o presente Contrato, os quais correrão por sua exclusiva conta.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL

18.1. Este Contrato só poderá ser alterado ou modificado em quaisquer de suas Cláusulas, mediante aditivo contratual, que deverá ser remetido, em no máximo 5 (cinco) dias a partir de sua publicação, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FACULDADE DE USO

19.1. O atraso, tolerância ou omissão por parte da **CEDAE** no exercício de quaisquer direitos que lhe assistem na forma deste Contrato, do Edital de Licitação ou da Lei em geral, não poderão ser interpretados como novação ou renúncia a tais direitos, podendo a **CEDAE** exercitá-los a qualquer tempo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

20.1. As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

20.2. Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

21.1. Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia do contrato no prazo de 15 (quinze) dias contados após sua publicação.

21.2. O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Todos os originais dos documentos, estudos, fluxogramas, especificações, folhas de cálculos, etc., elaborados pela **CONTRATADA** serão propriedade da **CEDAE** e neles não deverá constar qualquer declaração que limite este direito.

22.2. À **CONTRATADA** é vedado dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros qualquer dado, documentação preparada ou recebida para a execução das obras, dar entrevistas faladas ou escritas, salvo com prévia e formal autorização da **CEDAE**.

22.3. A **CONTRATADA** providenciará todos os documentos necessários para que seu pessoal possa executar legalmente os serviços especificados neste Contrato.

22.4. A **CEDAE** não será responsável por quaisquer danos ou prejuízos que a **CONTRATADA**, direta ou indiretamente, por si ou seus prepostos, causarem a terceiros em virtude da execução das obras de que cuida este Contrato. Em qualquer hipótese, a **CONTRATADA** será, sempre, a única e exclusiva responsável pelo seu ressarcimento.

22.5. Em caso de divergência entre as condições do Edital e este contrato, prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da **CONTRATADA**, esta prevalecerá.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – CASOS OMISSOS

23.1. Os casos omissos serão resolvidos conforme disposto na Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - FORO

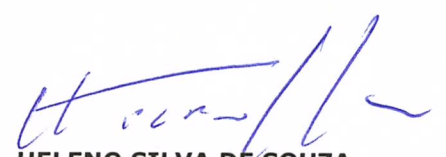
24.1. Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes deste Contrato, o foro competente é o da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem justas e contratadas, mandaram emitir o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor, que assinam com as testemunhas abaixo.

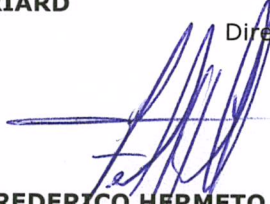
Rio de Janeiro, 04 de ABRIL de 2018.

Pela **CEDAE**:


JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor-Presidente


HELENO SILVA DE SOUZA
Diretor de Distribuição e Comercialização do Interior

Pela **CONTRATADA**:


FREDERICO HERMETO SALLES
Diretor Administrativo Comercial

TESTEMUNHAS:

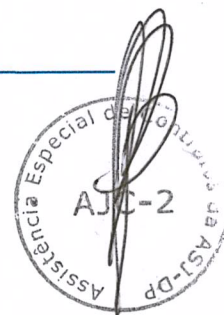
Ref. contr-HIDROPOÇOS-LTDA-construção-poços-tubulares-TP-102-2018-VB

ANEXO

CONFORME CLÁUSULA 7.1



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030
www.cedae.com.br





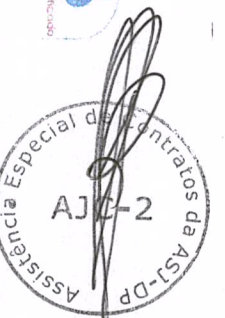
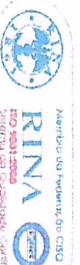
HIDROPOÇOS

CONSTRUÇÃO DE POÇOS TUBULARES PARA REFORÇO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA À SEDE DO MUNICÍPIO DE VARRE-SAI

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	DESCRIPTIVO	ETAPAS				TOTAL
		1ª	2ª	3ª	4ª	
01	CANTEIRO DE OBRAS	60% 2.322,00			40% 1.548,00	3.870,00
02	SERVIÇOS TÉCNICOS				100% 5.963,64	5.963,64
03	PERFURAÇÃO PELO PROCESSO A PERCUSSÃO	93% 72.618,12	7% 5.465,88			78.084,00
04	PERFILAGEM ÓTICA		100% 17.700,00			17.700,00
05	REVESTIMENTO E PROTEÇÃO			100% 42.650,00		42.650,00
06	FILTROS E PRÉ-FILTROS			100% 9.947,00		9.947,00
07	DESENVOLVIMENTO ENSAIO DE VAZÃO E DESINFECÇÃO				100% 26.889,60	26.889,60
08	INSTALAÇÃO HIDRÁULICA				100% 32.453,00	32.453,00
09	ELETRIFICAÇÃO				100% 16.523,80	16.523,80
09	ELABORAÇÃO DE MANUAL E PRÉ OPERAÇÃO				100% 1.198,00	1.198,00
Percentual		31,86%	9,85%	22,36%	35,93%	100%
Total		74.940,12	23.165,88	52.597,00	84.576,04	235.279,04

Belo Horizonte, 05 de Março de 2018.





CEDE - Companhia Estadual de Água e Esgoto
GCO - Gerência de Controle de Qualidade e Obras do Interior



Nº Oramento: 052017

06215

Titulo da Obra:

PERFURAÇÃO DE POÇOS PROFUNDOS TI BULARES PARA REFORÇO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA A SEDE DO MUNICÍPIO DE VARESI

Nº Oramento: 052017

06215

Proposta DP-2012B18					
Numero Item	Código Item	Servico (S.C.P.)	Unid.	Quantidade	Preço unitário Oportado
01	01.003 9010-5	CANTILHOS DE OBRAS	UN	1,00	3.879,00
01.01	01.003 9010-5	MOBILIZAÇÃO E DESMONTAGEM DE SONDA E EQUIPES	UN	1,00	2.980,00
01.02	01.003 9010-5	DESMONTAGEM DE SONDA E INSTALAÇÃO DE AÇO ADICIONAL	UN	1,00	590,00
02	02.001 5015-6	SERVIÇOS TÉCNICOS	PR	2,00	1.454,55
02.01	02.001 5015-6	RELATÓRIO COMPLETO DO LITOLÓGICO (DESCRIÇÃO DE OBRAS)	UN	2,00	2.997,10
02.02	02.001 5015-6	ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA DE ÁGUA DE ALIBRÇO	UN	1,00	1.527,00
03	03.001 7118-5	PERFURAÇÃO TILO PROCESSO A VERTICAMENTO	M	24,00	7.260,00
03.01	03.001 7118-5	PERFURAÇÃO EM CAMADAS SEQUESTRANTES POR ATIVIDADES INCONSISTENTES ATRAVESANDO FIBROSAS E MATÁVEIS NO DIÂMETRO DE 14" A 18" VA PROFUNDIDADE MÁXIMA DE 50M COM CIRCUNFÊRENCIA DIRETA EM CAMADAS SEQUESTRANTES NO DIÂMETRO DE 14" A 18"	M	24,00	7.260,00
03.02	03.001 7118-5	PERFURAÇÃO EM BORTAS ALTERNADA NO DIÂMETRO DE 14" A 18"	M	96,00	28.800,00
03.03	03.001 7118-5	PERFURAÇÃO EM BORTAS NO DIÂMETRO DE 5"	M	2,00	211,00
03.04	03.001 7118-5	PERFURAÇÃO EM BORTAS NO DIÂMETRO DE 6,12"	M	2,00	122,00
03.05	03.001 7118-5	PERFURAÇÃO EM BORTAS NO DIÂMETRO DE 6,12" ATE 100 METROS	M	78,00	199,00
03.06	03.001 7118-5	PERFURAÇÃO EM BORTAS NO DIÂMETRO DE 6,12" DE 100 ATE 150 METROS	M	160,00	211,00
03.07	03.001 7118-5	PERFURAÇÃO EM BORTAS NO DIÂMETRO DE 6,12" DE 150 ATE 200 METROS	M	20,00	300,00
04	04.001 0228-5	PERFURAÇÃO TILO	M	280,00	99,00
04.01	04.001 0228-5	PERFURAÇÃO TILO DE POÇO TILO PARA PROTEÇÃO	M	280,00	99,00
05	05.001 7138-6	REVESTIMENTO E PROTEÇÃO	M	24,00	529,00
05.01	05.001 7138-6	TIPO DE CHAPA DE AÇO COM REVESTIMENTO DE 10 CM NO DIÂMETRO DE 12"	M	24,00	529,00
05.02	05.001 7138-6	TIPO DE AÇO GALVANIZADO DN 240 EM 6 PAREDES 4,5"	M	48,00	275,00
05.03	05.001 7138-6	TIPO DE AÇO GALVANIZADO DN 240 EM 6 PAREDES 4,5"	M	1,00	390,00
05.04	05.001 7138-6	TIPO DE AÇO GALVANIZADO DN 240 EM 6 PAREDES 4,5"	M	2,00	245,00
05.05	05.001 7138-6	TIPO DE AÇO GALVANIZADO DN 240 EM 6 PAREDES 4,5"	M	2,00	195,00
05.06	05.001 7138-6	TIPO DE AÇO GALVANIZADO DN 240 EM 6 PAREDES 4,5"	M	2,00	160,00
05.07	05.001 7138-6	TIPO DE AÇO GALVANIZADO DN 240 EM 6 PAREDES 4,5"	M	6,00	250,00
06	06.001 0514-5	PILOS E PNE PULOS	M	24,00	345,00
06.01	06.001 0514-5	PILOS CLIMÁTICOS TIPO SOL COM ABERTURA DE 1,50M NO DIÂMETRO DE 6,12"	M	24,00	345,00
06.02	06.001 0514-5	TIPO DE PNE 2,5" PARA RECARGA E DESNEVEIO	M	24,00	25,00
06.03	06.001 0514-5	PILOS DE 2,5" PARA RECARGA E DESNEVEIO	M	2,00	145,00
07	07.001 0811-5	DESENVOLVIMENTO ENSAIO DE VAZIO E DESNEVEIO	UN	6,00	209,00
07.01	07.001 0811-5	DESENVOLVIMENTO ENSAIO DE VAZIO E DESNEVEIO	UN	6,00	209,00
07.02	07.001 0811-5	DESENVOLVIMENTO ENSAIO DE VAZIO E DESNEVEIO	UN	24,00	59,00
07.03	07.001 0811-5	DESENVOLVIMENTO ENSAIO DE VAZIO E DESNEVEIO	UN	12,00	59,00
07.04	07.001 0811-5	DESENVOLVIMENTO ENSAIO DE VAZIO E DESNEVEIO	UN	12,00	59,00

Assistência Especial de Contratos da ASJ-DP
AJO-2

PERFURAÇÃO DE POÇOS PROFUNDOS TUBULARES PARA REFORÇO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA A SEDE DO MUNICÍPIO DE VARESAI

052017

07.03.02	19.069.0925-5	ENSAIOS DE VAZÃO DO POÇO ENLITE DESNIVELADA COM BOMBA SIEMENSVELT DO TIPO GERETOR	II	48,00	150,00	7.620,00
07.03.03	19.069.0925-5	ENSAIOS DE VAZÃO DO POÇO ENLITE DESNIVELADA COM BOMBA GERADOR DE 60 VOLT ACIE	II	48,00	181,52	8.727,36
07.03.04	18.017.7111-5	ENSAIOS DE VAZÃO DO POÇO ENLITE DESNIVELADA COM BOMBA GERADOR DE 60V ACIE	II	8,00	196,00	1.568,00
07.03.05	19.069.0925-5	TESTE DE RECUPERAÇÃO DE NÍVEL	II	4,00	155,67	610,68
07.03.06	01.071.7402-5	ENSAIOS DE ENCHIMENTO SELETIVO COM PNEUS	II	4,00	339,00	1.356,00
07.03.07	25.011.7790-5	INSTALAÇÃO	II	4,00	459,39	1.837,56
08.01	18.059.6255-5	INSTALAÇÃO HIDRÁULICA				31.420,00
08.01	18.059.6255-5	PONTEAMENTO DE BOMBA SIEMENSVELT PARA PROTEÇÃO DE TUBULARES E SIFONIAÇÃO DE	UN	2,00	8.000,00	16.000,00
08.02	15.048.0971-4	CABO SIEMENS E WEGOM	M	90,00	8,00	720,00
08.03	15.048.0971-4	CABO CILINDRICO TIPO PROTETIVO BITULA 1 VOLT 600 100V COM DURA PROTETIVO	M	90,00	2,00	180,00
08.04	15.048.0971-4	PISTOLA DE COBRE NA BITULA 1 VOLT	M	40,00	2,50	100,00
08.05	18.059.0714-6	ELÉTRICO DE NÍVEL SIEMENS	UN	2,00	30,00	60,00
08.06	18.059.0714-6	ELÉTRICO DE NÍVEL SIEMENS	UN	2,00	388,60	777,20
08.07	07.066.0797-4	INTERRUPTOR 220V TIPO SINO SINGLES	UN	2,00	36,00	72,00
08.08	15.048.1111-4	MANUTENTOR 250 WATT	M	90,00	110,00	9.900,00
08.09	18.017.7111-5	QUADRO DE COMANDO PARA CONTROLE MOTOR BOMBA E 75 CV SIFONIAÇÃO METALICA	UN	2,00	1.780,00	3.560,00
08.10	18.017.7111-5	QUADRO DE COMANDO PARA CONTROLE MOTOR BOMBA E 75 CV SIFONIAÇÃO METALICA	UN	2,00	1.780,00	3.560,00
09.01	06.209.0951-5	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DO BARRILETE DO POÇO TUBULAR UN 21 INCLUSIVE	UN	2,00	2.130,00	4.260,00
09.02	15.050.0338-8	ALINHAMENTO COM CORDÃO PARA PROTEÇÃO DO POÇO	UN	2,00	350,00	700,00
09.03	15.050.0755-5	ELÉTRICO DE NÍVEL SIEMENS	M	90,00	22,42	2.017,80
09.04	18.059.0714-6	ELÉTRICO DE NÍVEL SIEMENS	M	90,00	101,00	9.090,00
09.05	06.209.0951-5	SIFONIAÇÃO DE BOMBA SIEMENSVELT PARA PROTEÇÃO DE TUBULARES E SIFONIAÇÃO DE	UN	2,00	9,00	18,00
09.06	18.059.0714-6	ELÉTRICO DE NÍVEL SIEMENS	UN	2,00	26,00	52,00
09.07	11.061.7335-5	ELÉTRICO DE NÍVEL SIEMENS	UN	2,00	1.990,00	3.980,00
09.08	11.061.7335-5	ELÉTRICO DE NÍVEL SIEMENS	UN	2,00	1.990,00	3.980,00
09.09	11.061.7335-5	ELÉTRICO DE NÍVEL SIEMENS	UN	2,00	1.990,00	3.980,00
09.10	11.061.7335-5	ELÉTRICO DE NÍVEL SIEMENS	UN	2,00	1.990,00	3.980,00
09.11	11.061.7335-5	ELÉTRICO DE NÍVEL SIEMENS	UN	2,00	1.990,00	3.980,00
09.12	11.061.7335-5	ELÉTRICO DE NÍVEL SIEMENS	UN	2,00	1.990,00	3.980,00
09.13	11.061.7335-5	ELÉTRICO DE NÍVEL SIEMENS	UN	2,00	1.990,00	3.980,00
09.14	11.061.7335-5	ELÉTRICO DE NÍVEL SIEMENS	UN	2,00	1.990,00	3.980,00
09.15	11.061.7335-5	ELÉTRICO DE NÍVEL SIEMENS	UN	2,00	1.990,00	3.980,00
09.16	11.061.7335-5	ELÉTRICO DE NÍVEL SIEMENS	UN	2,00	1.990,00	3.980,00
09.17	11.061.7335-5	ELÉTRICO DE NÍVEL SIEMENS	UN	2,00	1.990,00	3.980,00
09.18	11.061.7335-5	ELÉTRICO DE NÍVEL SIEMENS	UN	2,00	1.990,00	3.980,00
09.19	11.061.7335-5	ELÉTRICO DE NÍVEL SIEMENS	UN	2,00	1.990,00	3.980,00
09.20	11.061.7335-5	ELÉTRICO DE NÍVEL SIEMENS	UN	2,00	1.990,00	3.980,00
09.21	11.061.7335-5	ELÉTRICO DE NÍVEL SIEMENS	UN	2,00	1.990,00	3.980,00
09.22	11.061.7335-5	ELÉTRICO DE NÍVEL SIEMENS	UN	2,00	1.990,00	3.980,00
09.23	11.061.7335-5	ELÉTRICO DE NÍVEL SIEMENS	UN	2,00	1.990,00	3.980,00
09.24	11.061.7335-5	ELÉTRICO DE NÍVEL SIEMENS	UN	2,00	1.990,00	3.980,00
09.25	11.061.7335-5	ELÉTRICO DE NÍVEL SIEMENS	UN	2,00	1.990,00	3.980,00
09.26	11.061.7335-5	ELÉTRICO DE NÍVEL SIEMENS	UN	2,00	1.990,00	3.980,00
09.27	11.061.7335-5	ELÉTRICO DE NÍVEL SIEMENS	UN	2,00	1.990,00	3.98

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
DESPAÇOS DO PRESIDENTE
DE 04.01.2018

PROCESSO Nº E-07/002/113/2018 - AUTORIZO a despesa visando o reembolso em favor do servidor HUGO JOSÉ DE OLIVEIRA ZOFFOLI, ID Funcional 4461154-4, Diretor Adjunto de Licenciamento Ambiental do Instituto Estadual do Ambiente, em virtude da prestação de serviços advocatícios por MATOZINHOS & FILGUEIRAS ADVOGADOS, inscrito no CNPJ sob o nº 02.828.429/0001-05 e na OAB/RJ sob o nº 012.457/1958, no valor global de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

DE 12.04.2018

PROCESSO Nº E-07/002/1944/2018 - RATIFICO a inexigibilidade de licitação, com base no artigo 25, caput, da Lei nº 8.669/1993, em favor da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS, com vistas à prestação de serviços postais, em regime de monopólio, pelo período de 12 (doze) meses, no valor global de R\$ 372.000,00 (trezentos e setenta e dois mil reais), nos termos da autorização do Coordenador Executivo e do Planejamento, autoridade ordenadora de despesas.

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

DESPAÇOS DA DIRETORA
DE 13.04.2018

PROCESSO Nº E-07/005897/2009 - INDEFERIMENTO do requerimento de averbação da Licença de Operação LO nº IN001546, em nome da COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUA E ESGOTOS - CEDAE, com base na decisão do CONDIR, em sua 425ª Reunião Ordinária de Licenciamento Ambiental, realizada em 4.4.2018, bem como o Parecer Técnico de Licença de Operação nº 13/18, da GELANI (fls. 317-323) e nos autos do processo em referência.

DE 16.04.2018

PROCESSO Nº E-07/002.19616/2013 - AUTORIZO a REVOGAÇÃO da LO nº IN027596 de titularidade FGP ANDRADE DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA - ME, CNPJ 16.478.942/0001-10, a contar de 28.05.2015, em virtude da emissão da LO nº IN030793, de 29.05.2015, que ampliou o escopo de atividades licenciadas anteriormente e com base nos elementos constantes do processo em referência.

Id: 2099960

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
COORDENADORIA EXECUTIVA E DE PLANEJAMENTOAPOSTILA DO COORDENADOR
DE 16.04.2018

CONTRATO INEA Nº 22/2014, celebrado em 29/04/2014, publicado no D.O. de 06/05/2014 - Autorizo a inclusão da Dotação Orçamentária abaixo relacionada para o pagamento do citado contrato, além daquela já prevista no contrato original, firmado entre o Instituto Estadual do Ambiente e a COHIDRO CONSULTORIA, ESTUDOS E PROJETOS LTDA. Processo nº E-07/002/16178/2013.

Programa de Trabalho: 2404.18.544.0190.3978
Fonte de Recursos: 104

Natureza da Despesa: 4490

Id: 2099958

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 07/02/2018

DESIGNA LEONEL FAGUNDES DE ASSIS, Agente de Saneamento H, como Presidente, os Técnicos de Laboratório II, WELLIS RODRIGO DA SILVA COSTA e LEANDRO COUTO ROSA como membros titulares e, JOAO ANGELO GOMES DE SOUZA, Analista de Qualidade B, como membro suplente. Gerente do Contrato MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico de Contabilidade II, bem como JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Gerente, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à AQUISIÇÃO DE CAL VIRGEM GRANULADA, de que trata o Processo nº E-07/100.225/2017, Ordem de Serviço "E" nº 15.008/2018.

Id: 2099767

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 22/02/2018

DESIGNA CARLOS ALBERTO LOBO DO COUTO, Engenheiro B, como Presidente, ROGERIO SANTOS, Engenheiro B, ARI RICARDO CARVALHO DE ALMEIDA, Agente de Saneamento D, como membros titulares e, RICARDO JOSÉ DE ABREU BRANCO, Engenheiro E, como membro suplente. Gerente do Contrato MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico de Contabilidade II, bem como JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Gerente, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à AQUISIÇÃO DE TUBOS DE AÇO PARA MELHORIA OPERACIONAL DO SISTEMA ADUTOR DE ÁGUA BRUTA IMUNANA-LARANJAL, de que trata o Processo nº E-17/100.616/2016, Ordem de Serviço "E" nº 15.022/2018.

Id: 2099762

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 06/03/2018

DESIGNA DANIEL BARRETO AQUINO DOS SANTOS, Engenheiro C, como Presidente, SERGIO COSTA RENTE RIBEIRO, Engenheiro B, ROBERTO LUIZ MARQUES DE SOUZA, Agente Administrativo F, como membros titulares e SUSANNE MACH QUEIROZ, Agente de Saneamento F, como membro suplente. Gerente do Contrato CARLOS ALBERTO PEREIRA GUINA, Agente de Saneamento H e MARIA INEZ NORIS TIBERIO, Técnico Eletromecânica II, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado aos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, 24 HORAS/DIA, NOS EQUIPAMENTOS DE TELEMEDICAÇÃO E MACROMEDICAÇÃO DO CENTRO DE CONTROLE OPERACIONAL DO RIO DE JANEIRO - CCO - RIO, de que trata o Processo nº E-17/100.307/2016, Ordem de Serviço "E" nº 15.042/2018.

Id: 2099761

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 13/03/2018

DESIGNA PAULO ROBERTO CRUZ SOARES, Geólogo E, como Presidente, GIOVANI CARDOSO DE FREITAS, Agente de Saneamento H, ROGERIO SANTOS, Engenheiro C, como membros titulares e LEONARDO MACHADO DE OLIVEIRA DA COSTA, Engenheiro C,

como membro suplente. Gerente do Contrato EDUARDO FREIRE DA SILVA VARGAS, Agente de Administrativo F e CLAUDIO AMOY LESA, Engenheiro Operacional II, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à CONSTRUÇÃO DE POÇOS TUBULARES PARA REFORÇO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA À SEDE DO MUNICÍPIO DE VARRE-SAI - RJ, de que trata o Processo nº E-17/100.657/2015, Ordem de Serviço "E" nº 15.051/2018.

Id: 2099763

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 21/03/2018

DESIGNA CARLOS NEVES FONTES, Técnico em Eletromecânica II, como Presidente, RAFAEL CORREA BRAGA, Engenheiro A, JOAO CARLOS RANGEL DE ABREU, Agente de Saneamento H, como membros titulares e, ROGERIO DA SILVA MATTOS, Engenheiro C, como membro suplente. Gerente do Contrato MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico de Contabilidade II, JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Gerente, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MONTAGEM DE BANCOS CAPACITORES, de que trata o Processo nº E-17/100.099/2016, Ordem de Serviço "E" nº 15.061/2018.

Id: 2099767

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 21/03/2018

DESIGNA DAISY CRISTINA DE ALVARENGA MENEZES, Engenheira F, como Presidente, KLEBER COSTA, Agente Administrativo F, LUIZ CLAUDIO DRUMOND, Engenheiro D, como membros titulares e, OSMAR PEREIRA PINTO FILHO, Auxiliar de Apoio Administrativo, como membro suplente. Gerente do Contrato MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico de Contabilidade II e JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Gerente, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à AQUISIÇÃO DE AQUISIÇÃO DE MEDIDORES DO TIPO MONOJATO ANTI-SUPER IMA, PARA UTILIZAÇÃO NA REDE DE MICROMEDICAÇÃO DA CEDAE, de que trata o Processo nº E-07/100.264/2017, Ordem de Serviço "E" nº 15.062/2018.

Id: 2099768

Secretaria de Estado de Trabalho e Renda

DESPAÇO DO ORDENADOR DE DESPESAS
DE 12/04/2018

PROCESSO Nº E22/001/01/2018 - RECONHEÇO A DÍVIDA, no valor de R\$ 2.153,67 (dois mil cento e cinquenta e três reais e sessenta e sete centavos), referente a despesa do energia elétrica do SINE, localizado no Condomínio Civil Voluntário do Parque Shopping Sulacap, objeto do processo nº E-22/001/01/2018, conforme disposto no art. 14 do Decreto nº 41860/209.

Id: 2099820

NOVO APLICATIVO DO DIÁRIO OFICIAL DO RIO DE JANEIRO. SE É OFICIAL, ESTÁ AQUI.

O Diário Oficial é o instrumento de transparência das empresas privadas e dos órgãos públicos. E agora, oferece mais uma ferramenta para você saber de tudo que acontece no nosso Estado: o aplicativo do Diário Oficial. Com ele, você recebe no seu smartphone um alerta sempre que um assunto ou um nome de político de seu interesse é publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Porque com o Diário Oficial tudo fica transparente.

Baixe o aplicativo em www.imprensaoficial.rj.gov.br/aplicativo

Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 1.000,00. PROCESSO Nº E-07/500.782/2010.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEA/00139409

NOME: Rocha e Gama Plots Ltda ME CNPJ/CPF Nº: 07.010.230/0002-61. ENDEREÇO: Rodovia Presidente Dutra, KM 313,5, Lote 01, Centro, Município: Itaboraí - RJ. INFRAÇÃO: Por operar atividade licenciada em desacordo das condições estabelecidas na LAS nº IN019102. ENQUADRAMENTO: Artigo 87 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 75.183,55. PROCESSO Nº E-07/002.11001/2013.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEA/00148001

NOME: Engenho Guandú Ltda - ME. CNPJ/CPF Nº: 02.988.836/0001-71. ENDEREÇO: Fazenda Santo Amaro - Guandú, INFRAÇÃO: Art. 87 da Lei Estadual nº 3.467/2000. MUNICÍPIO: Campos dos Goytacazes. MULTA: R\$50.483,55. PROCESSO Nº E-07/002.2389/2015.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 043/2018 (DF). PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a LIMPATX-RIO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI. OBJETO: AQUISIÇÃO DE 7.920.000 KG DE CAL VIRGEN GRANULADA, item 01, Anexo I ao Edital. PRAZO: 360 (trezentos e sessenta) dias. VALOR: R\$ 5.837.040,00 (cinco milhões, oitocentos e trinta e sete mil e quarenta reais). DATA DA ASSINATURA: 09/04/2018. FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.225/2017 (Pregão Eletrônico nº 340/2017 - ASL-DP9).

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 041/2018 (DF). PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e TIAGO MACHADO ME. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MONTAGEM DE BANCOS CAPACITORES, itens 01 a 05 e 07, conforme Anexo I ao Edital. PRAZO: 120 (cento e vinte) dias. VALOR: R\$ 182.600,57 (cento e oitenta e dois mil seiscentos reais e cinquenta e sete centavos). DATA DA ASSINATURA: 04/04/2018. FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-17/100.099/2016 (Pregão Eletrônico nº 307/2016).

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 038/2018 (DF). PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a BOSH METAL LIGA LIMITADA LTDA. OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE AÇO PARA MELHORIA OPERACIONAL DO SISTEMA ADUTOR DE ÁGUA BRUTA IMUNANA-LARANJAL, conforme item 01 do Termo de Referência, anexo I do Edital. PRAZO: 90 (noventa) dias. VALOR: R\$ 378.532,80 (trezentos e setenta e oito mil quinhentos e trinta e dois reais e oitenta centavos). DATA DA ASSINATURA: 02/04/2018. FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-17/100.616/2016 (Pregão Eletrônico nº 336/2017).

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 044/2018 (DF). PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a LAO INDUSTRIA LTDA. OBJETO: AQUISIÇÃO de medidores do tipo monojato anti super imã para utilização na rede de micromedição da CEDAE. PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias. VALOR: R\$ 1.198.680,00 (um milhão, cento e noventa e oito mil seiscentos e oitenta reais). DATA DA ASSINATURA: 09/04/2018. FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.264/2017 (Pregão Eletrônico nº 317/2016).

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 040/2018 (DG). PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a EMISSÃO S/A. OBJETO: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, 24 HORAS/DIA, NOS EQUIPAMENTOS DE TELEMEDIDAÇÃO MACROMEDIDAÇÃO DO CENTRO DE CONTROLE OPERACIONAL DO RIO DE JANEIRO - CCO-RIO. PRAZO: 360 (trezentos e sessenta) dias. VALOR: R\$ 2.376.660,14 (dois milhões, trezentos e setenta e seis mil seiscentos e sessenta reais e quatorze centavos). DATA DA ASSINATURA: 04/04/2018. FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-17/100.307/2016 (CN nº 003/2017).

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 039/2018 (DI). PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a HIDROPOÇOS LTDA. OBJETO: CONSTRUÇÃO DE POÇOS TUBULARES PARA REFORÇO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA À SEDE DO MUNICÍPIO DE VARRE-SAÍR. PRAZO: 120 (cento e vinte) dias. VALOR: R\$ 235.279,04 (duzentos e trinta e cinco mil duzentos e setenta e nove reais e quatro centavos). DATA DA ASSINATURA: 04/04/2018. FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-17/100.657/2015 (Tomada de Preços nº 102/2016).

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

INSTRUMENTO: Aditivo nº 01 ao Contrato CEDAE nº 030/2017 (DF). PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a BAUMINAS QUÍMICA S/A. OBJETO: Prorrogação do prazo de fornecimento. PRAZO: 90 (noventa) dias. VALOR: Sem alteração do valor contratado. DATA DA ASSINATURA: 29/03/2018. FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.224/2016 (PE nº 005/2017 - ASL-DP). * Omitido no D.O. de 02/04/2018.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

INSTRUMENTO: Aditivo nº 01 ao Contrato CEDAE nº 012/2017 (DF). PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a EDEN GASES E SOLDA LTDA. EPP.

OBJETO: Prorrogação do prazo de fornecimento.

PRAZO: 90 (noventa) dias.

VALOR: Sem alteração do valor contratual.

DATA DA ASSINATURA: 19/03/2018.

FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.238/2016 (Pregão Eletrônico nº 053/2016 - ASL-DP).

* Omitido no D.O. de 21/03/2018.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

INSTRUMENTO: Aditivo nº 01 ao Contrato nº 076/2017 de Prestação de Serviços de Banco Depositário. PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e o BANCO BRADESCO S.A., com a intervenção da PRECE - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. OBJETO: Inclusão da operacionalização dos pagamentos referentes ao equacionamento de déficit dos planos Prece I e II. PRAZO: Sem alteração do prazo contratual. VALOR: Sem alteração do valor contratual. DATA DA ASSINATURA: 14/03/2018. FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.252/2016.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

INSTRUMENTO: Aditivo nº 05 ao Contrato CEDAE nº 004/2016 (DT). PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a CONSTRUTORA MEDEIROS CARVALHO DE ALMEIDA LTDA. OBJETO: Prorrogação do prazo de execução. PRAZO: 120 (cento e vinte) dias. VALOR: Sem alteração do valor contratual. DATA DA ASSINATURA: 05/04/2018. FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-07/100.269/2017 (CN nº 006/2014 - ASS-B-DP-1.1).

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

* INSTRUMENTO: Aditivo nº 13 ao CONTRATO CEDAE nº 003/2013 (CM). PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e as Empresas reunidas através do CONSÓRCIO ENGETECNICA-ARKHE. OBJETO: Prorrogação excepcional do prazo contratual. PRAZO: 360 (trezentos e sessenta) dias. VALOR: R\$ 18.281.851,28 (dezoito milhões, duzentos e oitenta e um mil oitocentos e cinquenta e um reais e vinte e oito centavos). DATA DA ASSINATURA: 19/01/2018. FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.034/2015 (CN nº 009/2011). * Omitido no D.O. 22/01/2018.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

* INSTRUMENTO: Aditivo nº 04 ao Contrato CEDAE nº 088/2015 (DF). PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a REPEREGERAÇÃO E REFORMAS LTDA - ME. OBJETO: Reajustamento dos preços contratados pelo período correspondente a 2ª anualidade. PRAZO: Sem alteração do prazo contratual. VALOR: R\$ 23.088,00 (vinte e três mil e oitenta e oito reais). DATA DA ASSINATURA: 28/03/2018. FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.113/2014 (PE nº 046/2015). * Omitido no D.O. de 02/04/2018.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

* INSTRUMENTO: Aditivo nº 02 ao CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - ARRECAÇÃO DE CONTAS. PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - o BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. OBJETO: Prorrogação do prazo contratual e o reajustamento dos preços dos serviços pelo período de fevereiro/2018 a fevereiro/2019. PRAZO: 12 (doze) meses. VALOR: R\$ 15.075,70 (quinze mil setenta e cinco reais e setenta centavos). DATA DA ASSINATURA: 02/02/2018. FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.452/2016 (IL nº 003/2017 - DF - J). * Omitido no D.O. de 05/02/2018.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS****AVISO**

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão eletrônico - PERP02/17. OBJETO: Registro de preços para aquisição de tubos de ferro fundido de diversos diâmetros. DATA DA ETAPA DE LANCES: 03/05/2018 - Horário: 10h:30min. ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.compras.rj.gov.br TIPO: Menor Preço por Item. PROCESSO Nº E-07/100.223/2017.

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Sistema Integrado de Gestão de Aquisições - SIGA, no endereço eletrônico acima citado ou no site www.cedae.com.br/registrodeprecos, podendo alternativamente, ser retirado mediante permuta de uma folha de papel tamanho A4 - 75g/m², na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Térreo/Cidade Nova - RJ, telefone: 21 2332-3177, no horário de 10h às 16h.

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES****AVISO**

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 327/2018 - ASL-DP. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA TODOS OS SETORES DA CEDAE. A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica que encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, a Errata 02, com as alterações efetuadas no edital do Pregão Eletrônico em epígrafe. Comunicamos ainda que a licitação teve sua data de realização adiada para o dia 03/05/2018. Horário: Itens 01 a 10, às 11:00 horas e Itens 11 a 23, às 15:00 horas, no mesmo local anteriormente divulgado.

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LOGÍSTICA CHEFE
COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS****AVISO**

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão eletrônico - PERP02/17. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE FERRO FUNDIDO DE DIVERSOS DIÂMETROS. A COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS comunica que a ERRATA 02 ao Edital encontra-se à disposição dos interessados, no site www.cedae.com.br/registrodeprecos, bem como no Sistema Integrado de Gestão de Aquisições - SIGA, www.compras.rj.gov.br.

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LOGÍSTICA CHEFE
COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS****EXTRATO DE ATA**

INSTRUMENTO: Ata de Registro de Preços nº 0002/2018/247100-01. OBJETO: Registro de Preços para aquisição de REGISTROS DE BRONZE DE DIVERSOS DIÂMETROS - Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 22 e 23. PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a VIBHUTI COMERCIO LTDA EPP. CNPJ nº 00.710.985/0001-49. PRAZO: 12 (doze) meses contados a partir desta publicação. DATA DA ASSINATURA: 13/04/2018. FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico PERP02/18 - Processo nº E-07/100.336/2017.

A COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS comunica que a TABELA DE ITENS da Ata de Registro de Preços nº 0002/2018/247100-01 encontra-se à disposição dos interessados, no site www.cedae.com.br/registrodeprecos, bem como no Sistema Integrado de Gestão de Aquisições - SIGA, www.compras.rj.gov.br.

Secretaria de Estado de Cultura**COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO****AVISO**

A COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA torna pública a REABERTURA do prazo, no Portal de Compras do Sistema Integrado de Gestão e Aquisições www.compras.rj.gov.br a Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, abaixo mencionada:

PROCESSO Nº E-18/001/11/2018 - P.E. Nº 001/2018.

TIPO: Menor Preço Por Item.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviço de Locação de Veículos; sendo 03 (três) veículos tipo HATCH e 01 (um) veículo tipo VAN, objetivando o deslocamento para apoio das atividades técnicas administrativas do Contratante, conforme especificações técnicas e na forma disciplinada no Decreto nº 43.770 de 11 de setembro de 2012, conforme condições especificadas no Termo de Referência.

Valor estimado: R\$ 545.760,00 (quinhentos e quarenta e cinco mil setecentos e sessenta reais) - período de 36 (trinta e seis) meses.

Fonte: 100

Programa de Trabalho: 13.122.0002.2016

Natureza de Despesa: 3390

Início do Acolhimento das Propostas: 17/04/2018, às 08:00 horas.

Limite do Acolhimento das Propostas: 27/04/2018, às 14:59 horas.

Data da Realização do Pregão: 27/04/2018, às 15:00 horas.

Local: www.compras.rj.gov.br

O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, www.cultura.rj.gov.br, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa de cada Edital, mediante a permuta de 01 (um) pen drive de 8GB, na Rua da Quitanda, nº 86/8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ - Departamento de Compras e Patrimônio - Licitação - Centro - Rio de Janeiro - RJ.

Id: 2100021



AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS,
FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ouvidoria:
0800 285 9796

De 2ª a 6ª feira, das 7h às 19h

ouvidoria@agetransp.rj.gov.br
www.agetransp.rj.gov.br

Barcas, Metrô, Trem e Rodovias Estaduais Pedagiadas



www.facebook.com/agetransprj
www.twitter.com/agetransp